



FGV DIREITO SP
FGVLAW

CONVENIADA

Pós-Graduação em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
LATO SENSU (FGVLAW)**



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A Fundação Getulio Vargas (FGV) deu início a suas atividades em 1944 com o objetivo de preparar profissionais bem qualificados para a administração pública e privada do país. Esse objetivo foi ampliado ao longo do tempo, expandindo o foco de atuação da FGV para o campo das ciências sociais.

A atuação marcada pelo pioneirismo e pela inovação levou a FGV a inaugurar, no Brasil, a graduação e a pós-graduação stricto sensu em Administração Pública e de Empresas e a pós-graduação em Economia, Psicologia, Ciências Contábeis e Educação. Além disso, iniciativas como a elaboração do balanço de pagamento, das contas nacionais e dos índices econômicos ajudaram o profissional em busca de formação e o cidadão comum a entender melhor o desempenho econômico e social brasileiro além de contribuir para seu permanente desenvolvimento.

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO – FGV DIREITO SP

O posicionamento do Brasil no rol das potências e lideranças mundiais tem levado à redefinição dos conteúdos das áreas clássicas do direito e ao surgimento de novas áreas e novos tipos de advocacia, o que torna premente a necessidade de formação de quadros profissionais que sejam, além de altamente qualificados, capazes de atuar em patamares diferenciados.

Para responder às demandas do mercado atual, os alunos da FGV DIREITO SP são preparados para atuar nas esferas públicas e privadas e para dialogar com outros campos do conhecimento, a fim de que possam influenciar positiva e profundamente o cenário jurídico no Brasil e no exterior.

No que concerne à pós-graduação, a FGV DIREITO SP busca aumentar sua inserção substantiva no mercado jurídico, tendo em mente a integração entre o direito e outros campos do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades importantes para o desempenho das atividades profissionais de seus alunos. Seu Programa de Pós-Graduação Lato Sensu diferencia-se por dispor de grupos de pesquisa dedicados à produção de material didático e bibliográfico próprio, a fim de oferecer a seus alunos conteúdo atualizado e em consonância com as premissas da FGV DIREITO SP.

Com tais pressupostos e ações em mente, a FGV DIREITO SP pretende consolidar-se como alternativa ao modelo tradicional de ensino do Direito e manter a postura crítica sempre assumida em relação a esse campo de saber.



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A Fundação Getulio Vargas (FGV) deu início a suas atividades em 1944 com o objetivo de preparar profissionais bem qualificados para a administração pública e privada do país. Esse objetivo foi ampliado ao longo do tempo, expandindo o foco de atuação da FGV para o campo das ciências sociais.

A atuação marcada pelo pioneirismo e pela inovação levou a FGV a inaugurar, no Brasil, a graduação e a pós-graduação stricto sensu em Administração Pública e de Empresas e a pós-graduação em Economia, Psicologia, Ciências Contábeis e Educação. Além disso, iniciativas como a elaboração do balanço de pagamento, das contas nacionais e dos índices econômicos ajudaram o profissional em busca de formação e o cidadão comum a entender melhor o desempenho econômico e social brasileiro além de contribuir para seu permanente desenvolvimento.

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO – FGV DIREITO SP

O posicionamento do Brasil no rol das potências e lideranças mundiais tem levado à redefinição dos conteúdos das áreas clássicas do direito e ao surgimento de novas áreas e novos tipos de advocacia, o que torna premente a necessidade de formação de quadros profissionais que sejam, além de altamente qualificados, capazes de atuar em patamares diferenciados.

Para responder às demandas do mercado atual, os alunos da FGV DIREITO SP são preparados para atuar nas esferas públicas e privadas e para dialogar com outros campos do conhecimento, a fim de que possam influenciar positiva e profundamente o cenário jurídico no Brasil e no exterior.

No que concerne à pós-graduação, a FGV DIREITO SP busca aumentar sua inserção substantiva no mercado jurídico, tendo em mente a integração entre o direito e outros campos do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades importantes para o desempenho das atividades profissionais de seus alunos. Seu Programa de Pós-Graduação Lato Sensu diferencia-se por dispor de grupos de pesquisa dedicados à produção de material didático e bibliográfico próprio, a fim de oferecer a seus alunos conteúdo atualizado e em consonância com as premissas da FGV DIREITO SP.

Com tais pressupostos e ações em mente, a FGV DIREITO SP pretende consolidar-se como alternativa ao modelo tradicional de ensino do Direito e manter a postura crítica sempre assumida em relação a esse campo de saber.



INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - IDE

Criado em 2003, o Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE) tem como objetivo coordenar e gerenciar uma rede de distribuição única para os produtos e serviços educacionais produzidos pela Fundação Getúlio Vargas, através de suas Escolas e Institutos. O IDE oferece cursos de pós-graduação lato sensu, de aperfeiçoamento e extensão, sejam eles presenciais ou a distância.

O IDE é composto pelo Programa de Educação Continuada FGV Management e sua Rede de Instituições Conveniadas, presentes em mais de 80 cidades brasileiras; pelo Programa de Ensino a Distância FGV Online, que desenvolve cursos por meio de uma nova metodologia de ensino; pelo Programa de Cursos In Company, que oferece a empresas cursos customizados; e pela Central de Qualidade, responsável pela manutenção da qualidade e padrão de excelência FGV, em qualquer lugar do país onde os cursos estejam sendo oferecidos. O Instituto conta ainda com o suporte de dois órgãos: o Conselho Acadêmico e o Comitê Operacional. Com essa estrutura sólida, o IDE vem reforçar, de forma objetiva e consistente, a missão da FGV de levar às mais distantes localidades brasileiras um ensino de qualidade, equivalente ao oferecido em suas Escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Com o IDE, a FGV passa a imprimir um maior dinamismo no desenvolvimento e na distribuição de seus produtos e serviços educacionais, presenciais e a distância, sob a responsabilidade acadêmica de suas escolas, seja no âmbito nacional ou internacional. A proposta do IDE é servir como elo entre as escolas e unidades da FGV e o mercado, sendo referência internacional na distribuição de produtos e serviços educacionais inovadores e de alta qualidade.

PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO TRABALHO E DIREITO PREVIDENCIÁRIO

As constantes mudanças decorrentes da nova ordem global que o mundo do trabalho experimenta vêm transformando significativamente a ordem jurídica trabalhista e previdenciária. Tais transformações desafiam diuturnamente a interpretação e a garantia de direitos sociais e instabilizam o regramento das multifacetárias relações de trabalho contemporâneas, demandando aprimoramento dos profissionais que lidam com o cotidiano do direito do trabalho e do direito previdenciário.

As recentes mudanças legislativas aliadas à valorização do papel de saberes não-jurídicos na construção de respostas criativas e transformadoras geraram impactos diretos nas demandas do mercado e na atuação do advogado trabalhista e previdenciário e de profissionais de áreas correlatas, como os administradores e os gestores em recursos humanos, os quais precisam enfrentar questões que envolvem os temas centrais do direito trabalhista e do direito previdenciário modernos sob um enfoque atual e crítico.

Temas como o desemprego crescente e estrutural, proteção jurídica do emprego formal, inovações tecnológicas, reestruturação de empresas e acirramento da concorrência suscitam análise e reflexão daqueles que atuam no âmbito destas relações específicas para que

IBE - CAMPINAS

(19) 3739-6420 | info@ibe.edu.br | www.ibe.edu.br



aprimorem a forma com que lidam com a realidade contemporânea do mundo do capital e do trabalho e com isso aperfeiçoem sua atuação profissional.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação do aproveitamento do curso será feita por intermédio de provas predominantemente, complementada pela valorização dos aportes escritos e orais feitos pelos alunos, de forma espontânea e/ou dirigida pelos professores.

OBJETIVO GERAL

O Curso visa proporcionar uma visão multidisciplinar e aplicada do direito do trabalho e do direito previdenciário, considerando a interface com outras áreas como o direito societário, o direito tributário, a contabilidade e a gestão de empresas. O aluno será instado a manipular conceitos dessas diversas áreas a partir de casos práticos e da ressignificação de conceitos-chave da disciplina, desenvolvendo conhecimentos e habilidades para exercer um papel central no cenário da advocacia trabalhista e previdenciária.

Ainda pretende-se proporcionar ao público-alvo do curso tratamento conjunto e relacional dos conteúdos de direito do trabalho e de direito previdenciário, abordando com igual profundidade os temas dessas áreas, que são caros e impactam diretamente no cotidiano do trabalho de advogados, administradores, contadores e profissionais de recursos humanos.

PÚBLICO ALVO

Profissionais graduados em direito com experiência em direito do trabalho e em direito previdenciário, seja com atuação contenciosa ou consultiva, em escritórios ou empresas, assim como profissionais de outra formação superior que atuam com áreas correlatas, como, por exemplo, gestão de recursos humanos.



PROGRAMA

DISCIPLINAS	HORAS-AULA
Relação de emprego	32
Contrato de trabalho	32
Meio ambiente do trabalho	32
Gestão de pessoas e <i>compliance</i> trabalhista	32
Direito coletivo do trabalho	32
Técnicas de negociação para advogados	32
Negociações trabalhistas	32
Noções de direito processual do trabalho	32
Seguridade Social e custeio da Previdência Social	40
Planejamento trabalhista: aspectos tributários e societários	32
Benefícios previdenciários	40
Cálculos trabalhistas e previdenciários	32
Auditoria dos procedimentos trabalhistas e previdenciários e <i>due diligence</i>	32
CARGA HORÁRIA TOTAL	432

DISCIPLINAS

Relação de emprego (32 horas-aula)

Relações de trabalho e relações de emprego. Elementos e princípios fundamentais da relação de emprego. Relações de trabalho lato sensu: autônomo, eventual, avulso, parassubordinado. Terceirização e trabalho temporário. Especialidade do trabalho do doméstico, do trabalhador rural, da mulher e do menor. Estabilidades e garantias de emprego. Disciplina geral das garantias de emprego, principais espécies e hipóteses polêmicas. Fundo de garantia do tempo de serviço. Discriminação nas relações de trabalho.

Contrato de trabalho (32 horas-aula)

Contrato de trabalho: elementos essenciais e acidentais. Contrato de trabalho a prazo. Nulidades do contrato de trabalho. Contratos especiais de trabalho. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho. Jornada de trabalho. Telejornada. Intervalos trabalhistas. Férias e descanso semanal remunerado (DSR). Trabalho em domingos e feriados. Cessação e extinção do contrato de trabalho: causas e consequências econômicas e jurídicas. Justa causa de empregador, rescisão indireta e desligamento por iniciativa do trabalhador.



Meios ambiente de trabalho (32 horas-aula)

Configuração do meio ambiente do trabalho. Atuação do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego em defesa do meio ambiente de trabalho. Meio ambiente do trabalho: fiscalização, meios de defesa e procedimentos administrativos. Atividades perigosas, atividades insalubres e atividades penosas e seus reflexos no direito do trabalho.

Acidente de trabalho: conceito, benefícios e risco de responsabilidade civil do empregador. Doenças psicossomáticas decorrentes do ambiente de trabalho

Gestão de pessoas e compliance trabalhista (32 horas-aula)

Principais desafios contemporâneos em gestão de pessoas. Objetivos e estratégias organizacionais. Planejamento estratégico de recursos humanos. Subsistemas de recursos humanos. Indicadores de desempenho de gestão de pessoas e cultura organizacional. Governança corporativa e questões trabalhistas. Teoria geral do *compliance*. Gerenciamento do risco (*risk assessment*). *Compliance* nas relações de trabalho.

Direito coletivo do trabalho (32 horas-aula)

Princípios do direito coletivo do trabalho. Liberdade sindical, estrutura organizacional sindical e atos antissindiais. Direito sindical: modelo e política sindical no Brasil. Conceito, identificação e aplicação prática da ideia de “categoria”. Receitas dos sindicatos e espécie de contribuições. Representação dos empregados no interior das empresas e formas de participação dos sindicatos nas empresas e dos trabalhadores nos seus resultados. Direito de greve e abuso de greve. Locaute.

Técnicas de negociação para advogados (32 horas-aula)

Conceito e os sete elementos da negociação. Técnicas e estratégias para negociações integrativas. Técnicas e estratégias para negociações distributivas. Escuta ativa: indagação, paráfrase e reconhecimento. Tensões numa negociação. O peso das emoções nas negociações: compreensão de percepções, os comportamentos irracionais e a importância do autoconhecimento. Negociações multilaterais. Negociação no âmbito jurídico: negociação com outro advogado e com o próprio cliente e negociações difíceis.

Negociações trabalhistas (32 horas-aula)

Técnicas de negociação no ambiente trabalhista. Negociação coletiva e conflito coletivo: formas de solução. Arbitragem e mediação no direito coletivo. Negociação coletiva e autonomia sindical: acordo coletivo e convenção coletiva. Cláusulas econômicas e cláusulas sociais.



Negociação coletiva como ferramenta de gestão empresarial. Judiciário e Ministério Público nas negociações coletivas. Legislação sindical, poder normativo da Justiça do Trabalho e ultratividade das convenções coletivas. Efeitos das cláusulas normativas nos contratos individuais de trabalho. Dissídio coletivo do trabalho: pressupostos, efeitos econômicos, jurídicos. Negociação sindical comunitária e transnacional (Global Union e Global Framework Agreement).

Noções de direito processual do trabalho (32 horas-aula)

Processo trabalhista: âmbito administrativo e contencioso judicial. Funcionamento da Justiça do Trabalho, jurisdição e competência trabalhistas. Procedimentos trabalhistas: aspectos gerais e principais diferenças entre procedimentos ordinário, sumaríssimo e sumário. Reclamação trabalhista. Despesas e prazos processuais. Formas de notificação. Defesa do reclamado: contestação. Audiência de conciliação. Instrução probatória no processo do trabalho. Nulidades. Sentença trabalhista nos dissídios individuais. Noções sobre sistema recursal trabalhista.

Seguridade Social e custeio da Previdência Social (40 horas-aula)

Seguridade social: definição, divisão e princípios regentes. Regimes da previdência social: regime geral da previdência social, regimes especiais da previdência social, e regime da previdência privada. Incidência da contribuição previdenciária sobre as verbas trabalhistas. Contribuição previdenciária da área rural. Consequências previdenciárias do meio ambiente de trabalho especial. Efeitos tributários e previdenciários da terceirização.

Planejamento trabalhista: aspectos tributários e societários (32 horas-aula)

Planejamento societário-trabalhista: planejamento societário para constituição e administração e planejamento de grupos econômicos. Consequências trabalhistas da compra e venda de empresas. Recuperação e falência de empresas e os efeitos no direito do trabalho. Sucessão de empresas, proteção ao salário e limites à dispensa coletiva vinculada. Efeitos tributários e previdenciários das especificidades do contrato de trabalho e das parcelas remuneratórias. Planejamento tributário nas relações de trabalho. Contratação de pessoa jurídica: licitude, cabimento e consequências.

Benefícios previdenciários (40 horas-aula)

Aposentadoria por tempo de serviço e contribuição e aposentadoria proporcional. Aposentadoria especial e aposentadoria por idade. Aposentadoria por idade urbana e rural. Benefícios por incapacidade. Aposentadoria por invalidez. Auxílio-doença e auxílio acidente. Pensão por morte e auxílio-reclusão. Salário-maternidade e salário família. Seguro-desemprego: concessão, manutenção e extinção.



Cálculos trabalhistas previdenciários (32 horas-aula)

Estrutura e desenvolvimento de cálculos. Créditos trabalhistas, prescrição e decadência no contrato de emprego e seus efeitos sobre os cálculos. Remuneração e salário e seu cálculo. Cálculo de repouso semanal remunerado. Cálculo de décimo terceiro salário. Cálculo de gratificação semestral. Remuneração das férias. Cálculo de adicionais de periculosidade e de insalubridade. Cálculo do trabalho noturno, horas extras, à disposição e *in itinere* (valores e reflexos). Aviso prévio. Multa do art. 477 da CLT. Caracterização e quantificação do dano moral, dano material e dano estético, do assédio moral e do assédio sexual nas relações de trabalho. Cálculo da concessão dos benefícios do regime geral da previdência (RGPS). Cálculo atuarial.

Auditoria dos procedimentos trabalhistas e previdenciários e *due diligence* (32 horas-aula)

Fundamentos e objetivos da auditoria. Elementos da auditoria. Auditorias, laudos e perícias em engenharia de segurança do trabalho. Principais procedimentos de auditoria trabalhista e previdenciária. Auditoria trabalhista e previdenciária e eSocial. Prevenção e contingenciamento de demandas judiciais trabalhistas e previdenciárias. *Due diligence* e avaliação de oportunidades e riscos trabalhistas e previdenciários dos negócios.